
A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL SISTÊMICA (SIMAVE) EM UMA ESCOLA DO CAMPO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Roseni de Fátima Rosa¹
Penha Souza Silva²

Resumo: Esta pesquisa busca entender como se dá o processo de avaliação educacional do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – Simave em uma escola do campo no município de Piranga-MG. Para isso, buscamos, por meio de um questionário respondido por sete professores, a supervisora e a diretora da Escola Estadual “Francisco Ferreira Maciel”, objeto deste estudo, que buscava identificar opiniões, dificuldades e deficiências no processo avaliativo. Também foram realizadas pesquisas documentais nos arquivos da escola e do Simave e uma revisão de literatura sobre o tema avaliação e avaliação educacional sistêmica. A metodologia utilizada é o estudo de caso em caráter qualitativo. Atualmente, o Simave avalia as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e impactam diretamente no trabalho pedagógico da escola, principalmente, nas disciplinas avaliadas. Os resultados apontam para um comprometimento da escola com estas avaliações.

Palavras-chave: Educação do Campo; Avaliação Educacional Externa; Simave/Proalfa-Proeb.

SYSTEMIC EDUCATIONAL EVALUATION (SIMAVE) IN A FIELD SCHOOL: PERSPECTIVES AND CHALLENGES

Abstract: This study investigates the educational evaluation process of the Public Education Evaluation and Equity System of Minas Gerais (Simave) in a rural school in the municipality of Piranga-MG. To this end, a questionnaire was answered by seven teachers, the supervisor and the director of the "Francisco Ferreira Maciel" State School, the object of this study, to identify opinions, challenges and weaknesses in the evaluation process. Archival research in school and Simave archives and a literature review on the topics of evaluation and systemic educational evaluation were also carried out. The study's methodology is a qualitative case study. Simave currently evaluates Portuguese and Math teaching and directly impacts the school's pedagogical work, especially in the evaluated subjects. The results show there is a commitment from the school regarding these evaluations.

Keywords: Rural Education; External Educational Evaluation; Simave/Proalfa-Proeb.

¹ Licenciada em Educação do Campo – Área Matemática pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: roseni.rosa@educacao.mg.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8866-5669>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: penhadss@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5737-9566>

1 INTRODUÇÃO

Para esta pesquisa, elegemos as avaliações externas realizadas pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) que é constituído por três programas: Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) e Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (Paae).

Devido à amplitude do tema avaliação, o nosso foco foi investigar e compreender o Simave. O interesse por este tema surgiu da inquietação profissional e acadêmica de uma das autoras deste artigo em compreender as avaliações externas que acontecem nas escolas e, também, por testemunhar, como funcionária da secretaria da escola pesquisada e aluna do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Matemática, dúvidas, desconfortos e incômodos provocados por estas avaliações nos professores, estudantes, especialistas, diretores e quadro administrativo da escola.

Assim, este trabalho busca identificar os desafios e as perspectivas enfrentados pelos professores no processo de divulgação dos resultados da avaliação educacional externa (Proalfa e Proeb) do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) de uma escola do campo em Piranga-MG e quais as estratégias que a escola e seus profissionais utilizam para a melhoria do desempenho da escola nessas avaliações.

A Educação do Campo tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Portanto, trata-se de uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a população urbana.

O Decreto Nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 em seu artigo 1º conceitua população do campo e escola do campo como:

- I – populações do campo:** agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e
- II – escola do campo:** aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010, **grifo nosso**).

Diante disso, é importante entendermos como as escolas caracterizadas como do campo lidam com as avaliações sistêmicas realizadas anualmente, especialmente, as do Simave.

Neste sentido, consideramos importante verificar qual a opinião dos principais atores (professores, supervisor e diretor) envolvidos no processo de avaliação sistêmica externa do Simave na E. E. “Francisco Ferreira Maciel” - comunidade de Carioca – da zona rural de Piranga- MG.

Para isso, buscamos, por meio de um questionário respondido por sete professores, a supervisora e a diretora desta escola, identificar opiniões, dificuldades e deficiências neste processo.

Os resultados obtidos nesta pesquisa fornecem indícios de que esta escola está comprometida com a realização e a divulgação das avaliações do Simave. Finalmente, tecemos algumas considerações sobre o trabalho realizado, refletindo sobre os resultados obtidos pela escola nas avaliações do Simave.

Mesmo com as dificuldades encontradas para a análise dos questionários, por ser extenso, acreditamos que esta reflexão possa subsidiar o trabalho dos profissionais da escola, tornando-se mais uma ferramenta para o acompanhamento e enfrentamento dos problemas e consequente melhoria do processo de ensino aprendizagem e do desempenho da escola nessas avaliações.

2 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL SISTÊMICA

A década de 1990 e os primeiros anos do século XXI foram marcados pela implantação de sistemas de avaliação em larga escala no Brasil por iniciativa do Ministério da Educação (MEC). Esse movimento se consolidou a partir da criação e implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Autoras como Schneider, Rostirola e Mozz (2011, p. 309) relatam que:

As políticas de avaliação em larga escala foram desencadeadas no Brasil, de forma mais intensa, a partir da última década do século XX. Objetivam diagnosticar as possíveis insuficiências na aprendizagem dos educandos, assim como direcionar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no país.

Desde então, o que se viu foi a ampliação desses sistemas de avaliação em níveis federal, estadual e municipal. As avaliações sistêmicas foram se consolidando e se fortalecendo por meio das políticas públicas vinculadas a elas.

Essas avaliações passaram a ser consideradas em diferentes contextos como um instrumento aliado à gestão da educação nas esferas, federal, estadual e municipal. A partir dessas avaliações, muitos entes federados mudaram suas formas de atuação e inauguraram um novo modo de gerir a educação. Tais instrumentos, em diferentes partes do mundo, com especial destaque para os EUA, têm se demonstrado eficazes no processo de responsabilização docente em relação ao fracasso do sistema escolar, ao mesmo tempo em que contribuem para ampliar as desigualdades educacionais e ocultar a responsabilidades dos outros sujeitos do processo educativo, em especial, os governos (GIROTTI, 2018).

Segundo Vianna (1995), em 1992 a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEEMG) iniciou a Avaliação do Sistema Estadual de Ensino em Minas Gerais, sendo avaliados os estudantes do Ciclo Básico da Alfabetização e os da 8ª série, ou seja, o 9º ano do Ensino Fundamental atualmente. O sistema foi ampliado progressivamente e, além das avaliações, foram

levantados dados sobre o desempenho escolar em áreas curriculares, informações socioeconômicas dos estudantes, dados relacionados à escola entre outros e, em 1994, ocorreu a inclusão de escolas da rede municipal no sistema.

Estas avaliações caracterizam-se como testes aplicados às escolas, geralmente, de forma anual, como as avaliações estaduais do Simave (Proeb e Proalfa, no caso de Minas Gerais), ou a cada dois anos, a exemplo, das avaliações nacionais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) ou Prova Brasil e Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). A elaboração, aplicação, análise e divulgação dos resultados dessas avaliações são realizadas por uma instituição externa à escola.

De acordo com a SEEMG essas avaliações, por meio de testes cognitivos, atribuem uma medida de proficiência para cada estudante e uma média de proficiência a cada escola, município, Superintendência Regional de Ensino (SRE) e ao estado a ser avaliado. Elas podem ser censitárias (quando avaliam todos os sujeitos em questão) ou amostrais (quando avaliam parte dos sujeitos).

Atualmente, o Simave avalia as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no ano final de cada ciclo – 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio no caso do Proeb. Junto a essas avaliações, são aplicados questionários aos diretores, professores das turmas e das disciplinas avaliadas e aos educandos que realizam as provas. Estes questionários buscam coletar informações socioeconômicas como também informações a respeito das práticas dos professores e sua interação com a direção escolar, dentre outros aspectos.

Os questionários têm um papel importante na avaliação externa uma vez que ajudam a completar e entender os resultados obtidos nos testes cognitivos. Desta forma, ele está diretamente ligado à proficiência de cada estudante e da instituição de ensino na qual ele está matriculado.

De posse das informações, os dados são compilados, analisados e divulgados para as escolas e secretarias. Com os resultados obtidos, temos informações importantes que podem ajudar na interpretação dos resultados e no desenvolvimento de políticas e de práticas que favoreçam a aprendizagem dos estudantes. Para a SEEMG, 2019, os resultados devem ser utilizados para subsidiar a implementação, a (re)formulação e o monitoramento de políticas educacionais.

Nascimento, Ventura e Silva (2003) afirmam que:

A avaliação do sistema educacional é importante para proporcionar a igualdade de oportunidades, pois, visando identificar a situação de cada escola, e não o sucesso ou fracasso de seus alunos, possibilita organizar ações para mudança na qualidade de ensino. (p.23).

Neste sentido, segundo Hoffmann (2012), o acompanhamento dos resultados é uma responsabilidade permanente de todos os agentes envolvidos no processo avaliativo. O seu

desenvolvimento depende fortemente de um ambiente favorável à aprendizagem e ao compartilhamento de experiências.

Para Hoffmann (1991; 2012) e Luckesi (2005), de posse das informações dos resultados das avaliações, o estado (ou município), em parceria com as escolas, precisa planejar o que se pretende fazer frente aos resultados. Estes autores afirmam que o planejamento pedagógico deve considerar as especificidades de cada região, pois o foco principal é traçar estratégias para alcançar os objetivos. Nesse contexto, Luckesi (2005) afirma que

[...] a avaliação é um recurso subsidiário da ação. Ela alia-se e serve ao projeto de ação, tendo em vista mostrar seus efeitos positivos, suas fragilidades, assim como as necessidades de correção, caso se deseje chegar aos resultados previamente definidos. A avaliação, nessa perspectiva, é uma aliada necessária do projeto e da sua gestão, enquanto recurso que investiga a qualidade dos resultados que estão sendo obtidos com os investimentos realizados e, se necessário, subsidiando correções de rumo. (LUCKESI, 2005, p.1).

Para que esse papel seja cumprido, o professor, a direção, os especialistas e o setor administrativo devem repensar as formas de avaliação para se chegar a um modelo no qual o estudante sinta-se motivado a estudar. Para Hoffmann (1991, 2005) e Luckesi (1998), a avaliação deve ser um processo de questionamento, enriquecimento, troca e não uma mera atribuição de números e uso de gabaritos e respostas pré-fabricadas. Neste sentido, pensamos que a avaliação pode ser entendida como um processo associado a um projeto educacional e social, ou seja, não é uma atividade meramente técnica, mas implica um posicionamento político que inclui valores e princípios.

3 SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE)

Normalmente, as avaliações nas esferas estaduais têm propostas com desenhos avaliativos parecidos com os das avaliações federais. Os estudantes são avaliados em Língua Portuguesa e Matemática, nos anos finais de cada ciclo. A maioria dos estados brasileiros tem sua própria proposta de avaliação em larga escala e alguns municípios seguem essa mesma regra.

Em Minas Gerais, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) tem como objetivo identificar necessidades, problemas e demandas do sistema e das escolas, auxiliando no planejamento de ações em diferentes níveis e momentos que objetivam a melhoria da qualidade da educação pública da rede estadual. O Simave atua em duas modalidades, complementares e integradas: a primeira é a avaliação interna da escola, por meio do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – Paae. A segunda é a avaliação externa do sistema de ensino por meio do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb).

A SEEMG define o Simave como uma política pública que tem o propósito de fomentar mudanças em busca da melhoria da qualidade e equidade da educação pública no Estado. Por meio de mecanismo de diagnóstico e planejamento das políticas públicas para a educação, os resultados do Simave subsidiam as equipes pedagógicas da SEEMG com dados e devolutivas para a realização de ações de intervenção pedagógica.

O Simave caracteriza-se por ser um sistema de avaliação censitário, ou seja, seus resultados focalizam a escola e seu caráter censitário permite que se obtenha um diagnóstico individual para todas as escolas que compõem a rede pública estadual de ensino de Minas Gerais. O Simave diferencia, por exemplo, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que é um sistema amostral que fornece resultados apenas para um conjunto de estudantes de cada estado selecionados de acordo com critérios estatísticos. Assim os resultados do Saeb não são por escola, mas se referem às redes de ensino municipal, estadual e particular de cada unidade da federação. (UFJF/SIMAVE 2000/2001).

É importante destacar que, além das publicações que divulgam as médias obtidas pelas escolas, pelas regiões e pelo estado, o Simave fornece um Boletim Pedagógico com comentários sobre o significado pedagógico dos resultados obtidos contribuindo para o enfrentamento dos problemas de aprendizagem detectados pelos testes.

Devido às suas características e estrutura o Simave produz informações para cada unidade escolar participante da avaliação. Este sistema avaliativo fornece sugestões de cunho pedagógico para subsidiar o trabalho desenvolvido nas escolas. É importante ressaltar que estas sugestões devem ser analisadas e discutidas pelo corpo docente de forma verificar a sua aplicabilidade no contexto escolar. Entendemos que as pessoas mais preparadas para a “avaliação” destas sugestões são os próprios professores. Concordamos com Girotto (2017) quando afirma que as políticas educacionais sob a ótica do neoliberalismo têm reforçado a concepção da escola como instituição simples, capaz de ser controlada e gerenciada a partir de uma lógica de gestão por e para resultados.

Um dos objetivos propostos pelo Simave é não classificar as escolas a partir de seus resultados, mas redimensionar o processo educativo levando escolas e governo a discutir esses resultados e implantar políticas públicas que auxiliem na melhoria da Educação como um todo.

Para Girotto (2018), tais políticas têm sido utilizadas com o intuito de ampliar o controle sobre as unidades escolares e o trabalho docente, bem como estratégia para ocultar as diferentes responsabilidades pelo fracasso verificado em diferentes redes e sistemas educacionais no país e as desigualdades inerentes ao modelo econômico hegemônico.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa teve, inicialmente, um caráter documental, no qual identificamos os processos de uma avaliação sistêmica nas esferas federal, estadual e municipal no Brasil, assim como um levantamento histórico da escola pesquisada. Esta análise documental nos permitiu entender um pouco sobre avaliações sistêmicas e, também, sobre o que caracteriza uma escola do campo em termos legais. Posteriormente, foi elaborado um questionário para ser respondido pelos envolvidos no processo das avaliações sistêmicas do Simave na Escola Estadual “Francisco Ferreira Maciel”, caracterizada como do campo, no município de Piranga-MG.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, pois esse estudo visa analisar um tema observado na realidade identificando os fatores que contribuem para que o tema em questão se materialize. Em outras palavras, um estudo de caso busca identificar um problema, analisar as evidências, desenvolver argumentos lógicos, avaliar e propor soluções.

De acordo com André (1984),

Os estudos de caso pretendem retratar o indiosincrático e o particular como legítimos em si mesmos. Tal tipo de investigação toma como base o desenvolvimento de um conhecimento idiográfico, isto é, que enfatiza a compreensão dos eventos particulares (casos). (p. 52).

A utilidade do estudo de caso é mais clara em situações nas quais se quer utilizar um exemplo real para explicar um fenômeno descrito na teoria ou quando se quer compreender as causas de algo, pois é capaz de gerar muitas informações e explicar de forma mais clara um determinado problema.

Acrescenta, ainda, que:

O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17).

Esta pesquisa teve um caráter qualitativo, sendo realizada a análise de conteúdo das informações obtidas a partir do questionário com o objetivo de identificar opiniões, dificuldades e deficiências encontradas pelos profissionais de educação da escola pesquisada envolvidos neste processo avaliativo.

Os envolvidos neste estudo de caso são nove profissionais da Escola Estadual “Francisco Ferreira Maciel”, sendo sete professores, a supervisora e a diretora.

Os questionários foram respondidos no segundo semestre de 2019 sendo que seis professores trabalham diretamente com as disciplinas avaliadas pelo Simave, dentre esses, quatro trabalham com as turmas avaliadas e um professor trabalha com todas as turmas avaliadas, mas não

atua diretamente com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os questionários destinados a esses profissionais propõem identificar a opinião dos mesmos em relação às avaliações sistêmicas, suas dúvidas, como os resultados são discutidos, divulgados e trabalhados na escola.

5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Dos nove pesquisados, sete concordam com os mecanismos de avaliação usados pelo Simave e dois concordam em parte. Assim, podemos inferir que os pesquisados consideram eficazes as avaliações do Simave. As análises fornecem indícios de que os pesquisados acham que há vantagens deste tipo de avaliação em relação à qualidade do ensino oferecido nas redes públicas.

De forma geral, a opinião dos pesquisados demonstra que eles desejam a participação dos pais nos trabalhos desenvolvidos na escola, mas não sabem como resolver esta situação. Também chamou à atenção, o fato de não se referirem às diferenças existentes entre os estudantes da escola investigada e de todo o Estado de Minas Gerais, considerando as condições físicas, sociais, econômicas e culturais e, ainda, o fato de serem do campo.

Isto pode ser um indício de que estes pesquisados, por não possuírem uma formação voltada para a Educação do Campo, não apresentam um olhar mais sensível para este contexto.

Com relação à compreensão dos pais sobre estas avaliações, os dados indicam que é importante que a escola converse com os pais antes da instauração destas avaliações e, também, após o término, já com os resultados em mãos, informando qual o significado destes resultados para a escola e para cada estudante em particular. Esta pode ser uma forma de ampliar a participação da comunidade na escola.

Quanto à existência de pontos negativos no Simave foi solicitado aos pesquisados que apontassem pelo menos três. Um professor afirma que há pontos negativos e três não responderam. Dois profissionais consideraram que a avaliação do Simave carece de recurso humano desvinculado da escola e que falta coordenação e apoio da SEEMG no processo de avaliação.

Acrescenta-se ainda que um professor tem “dúvidas quanto à veracidade das informações” e as provas (do Simave) que, segundo ele, são “descontextualizadas” e que apenas a análise quantitativa da aprendizagem são fatores negativos.

Dentre os pontos negativos, a supervisora afirma que as provas são extensas, principalmente nos anos iniciais, e que as “avaliações são realizadas nos meses chuvosos dificultando a presença de alunos, principalmente, os que moram na zona rural”. Outra vez, observamos um descompasso entre campo e cidade. Seria importante considerarmos as condições do campo, pensar em um calendário diferenciado, especialmente, em relação a atividades tão importantes, como as avaliações sistêmicas.

Um professor afirma que nas avaliações do Simave há muitas questões fechadas e que poderiam ter questões discursivas. Ele acredita, também, que as avaliações “não retratam a realidade da sala de aula”. Não ficou claro sobre qual realidade o professor está se referindo, pois em nenhuma resposta do questionário apareceu algo que se referisse à escola pesquisada como sendo uma escola do campo. O que chama a nossa atenção é que mesmo a escola tendo sido denominada pela SEEMG como do campo, não se tem um projeto pedagógico voltado para o campo. Parece ser importante que estas questões possam ser mais discutidas na escola.

Tanto a diretora quanto dois professores consideram pontos negativos, a “intervenção diária que foca somente os descritores do Simave”; e o fato dos resultados das avaliações serem estudados apenas no segundo semestre de cada ano. Isto dificulta usar estes resultados como possíveis orientadores da prática docente.

Em relação aos conteúdos abordados e os que são trabalhados na escola (questão somente para professores e supervisora), quatro professores afirmam serem os mesmos. Entretanto, três professores e a supervisora afirmam existir diferenças e justificam: “sempre há algo que não condiz com a realidade dos estudantes, embora estejam bem preparados para as avaliações externas”; “há diferença entre a matriz de referência e as avaliações do Simave”; “a avaliação do Simave é o básico que os alunos precisam saber. E os outros conteúdos vão além disso”. As respostas dadas não nos esclarecem quanto aos conteúdos trabalhados ao longo do ano e a qual matriz curricular, os professores se referem.

Todos os profissionais afirmaram ter tomado conhecimento dos resultados do Simave, sendo que quatro professores e a supervisora souberam dos resultados por meio da leitura das publicações e da participação nos encontros do Simave. Três, por meio de reuniões pedagógicas promovidas na escola. Os resultados são dados em termos de escalas de proficiência.

Conforme o Portal Simave (2020), a escala de proficiência:

Pode ser compreendida como uma espécie de régua em que são apresentados os resultados de um teste de larga escala. Nessa régua (escala) os valores obtidos nos testes são ordenados e categorizados em intervalos ou faixas que indicam o grau de desenvolvimento das habilidades dos estudantes que alcançaram determinado nível de desempenho. (<http://simave.educacao.mg.gov.br/>, 2020)

Complementa-se ainda que

Pedagogicamente falando, cada nível da escala corresponde a diferentes características de aprendizagem: quanto maior o nível (posição) na escala, maior probabilidade de desenvolvimento e consolidação da aprendizagem. O objetivo da escala de proficiência é, portanto, traduzir medidas em diagnósticos qualitativos do desempenho escolar. (<http://simave.educacao.mg.gov.br/>, 2020)

Quanto à escala de proficiência, oito pesquisados consideram que essa escala “mostra os aspectos em que os estudantes apresentam dificuldades de aprendizagem” e que “são bons instrumentos de análise dos resultados do Simave”. Apenas um professor considera as escalas de proficiência importantes, mas de difícil entendimento, o que é compreensível ao fato desse professor ter afirmado anteriormente ter dificuldade em entender os gráficos apresentados nos boletins de resultado do Simave. Consideramos que realmente é desafiador as interpretações dos gráficos com os resultados, mas este aspecto pode ser resolvido pelas explicações de um técnico. Na verdade, o mais importante é entender qual será o impacto destes resultados no cotidiano escolar.

Quanto à necessidade de melhoria dos instrumentos de divulgação, um professor e a diretora afirmaram que os resultados devem aparecer de maneira mais clara, um encarte menor e mais simples; um professor acha que as avaliações deveriam ser para todas as matérias e não só para Língua Portuguesa e Matemática.

Seis professores afirmam que participaram das ações de divulgação e análise dos resultados realizadas pela escola em reuniões com os educandos, os pais e os profissionais da escola sendo que os repasses aos professores foram realizados em reuniões pedagógicas e um não participou pelo fato de que na época não trabalhava na escola.

Solicitada a opinião sobre se as ações atingiram os objetivos de divulgar e estimular na escola uma discussão sobre os resultados do Simave, oito profissionais assinalaram que “sim” e um professor assinalou que “em parte”.

Para o professor que afirmou que as ações de divulgação do Simave na escola atingiram “em parte” os objetivos justificou que “ainda não está claro na escola, para os profissionais, pais e alunos, que os resultados do Simave somam pontos para o IDEB”. Podemos inferir que para esse professor, as avaliações têm o intuito de promover a qualidade do ensino e, portanto, é necessário avaliar e acompanhar a evolução dessa qualidade que, para ele, ainda não está claro na escola, o objetivo das avaliações sistêmicas.

A partir da discussão dos resultados do Simave, a diretora afirma que são elaboradas atividades com conteúdos nos quais os estudantes tiveram menor proficiência. A supervisora, por sua vez, afirma que, frente aos problemas detectados pelas avaliações, “foram realizadas intervenções pedagógicas semanalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e as demais, mensalmente.”

Os sete professores confirmam as medidas apontadas pela diretora e pela supervisora, relatando que diante dos problemas detectados “foram realizados simulados, atividades e aulas diferenciadas e diversificadas com foco nas dificuldades apresentadas pelos estudantes, no envolvimento da escola em ações de intervenção pedagógica e no acompanhamento avaliativo em portfólio”.

As respostas dadas pelos pesquisados dão indícios de que a escola apresenta uma forma organizada de debate e análise dos resultados do Simave.

Oito pesquisados afirmaram que os resultados do Simave estão promovendo mudanças na sua prática pedagógica. Para a diretora, essas mudanças ocorreram, principalmente, na elaboração das atividades avaliativas para os estudantes. A supervisora explicou que a partir dos resultados, tem trabalhado constantemente com as matrizes de ensino e referência por meio de simulados com questões que estimulam os estudantes a ler e interpretar. Fica aqui a nossa preocupação em relação a esta resposta, se a escola passa parte do tempo “treinando” os alunos a resolver questões.

De acordo com seis professores, as mudanças ocorreram a partir de “Intervenções periódicas, semanais, mensais, estudo de grupos mais constantes e auto avaliação do trabalho desenvolvido”; “adotando metodologias diferenciadas (planejamento e intervenção) para atender alunos com dificuldades e baixo desempenho nas avaliações externas”; “inclusão no planejamento com atividades, simulados, intervenções periódicas durante os quatro bimestres”.

Quanto à existência de diferenças entre os resultados do Simave e das avaliações realizadas na escola, a diretora, a supervisora e um professor afirmam que existem diferenças entre os resultados do Simave e das avaliações realizadas em sala de aula e seis professores afirmam não haver diferenças.

Questionados se os conteúdos abordados nas avaliações do Simave são os mesmos estudados na escola, quatro professores e a supervisora afirmaram que são os mesmos. Três professores e a diretora consideraram que não, e as diferenças apontadas foram: “Sempre há algo que não condiz com a realidade dos estudantes, embora estes sejam muito bem preparados para as avaliações externas”; “Porque a avaliação do Simave é o básico que os alunos precisam saber. E os outros conteúdos vão além disso”, “a matriz de referência”. Estas respostas parecem indicar que a escola vai além da matriz do Simave, que consideramos como positivo, pois, realmente, pode aparecer no contexto dos estudantes aspectos que levem às discussões de conteúdos que não estão na matriz de referência.

Assim, podemos inferir que a escola segue a proposta curricular determinada pela SEEMG, mas que as propostas da escola vão além. Isto é um aspecto importante, mas que seria preciso verificar em que medida isto acontece.

Salienta-se que o conteúdo das avaliações do Simave refere-se às competências adquiridas ao longo dos Ensino Fundamental e Médio. O fato de as avaliações serem realizadas antes do término do ano letivo não justifica grandes diferenças de resultados entre as avaliações do Simave e as realizadas na escola.

Nessa perspectiva, no que se refere à qualidade da educação, à eficácia e à equidade escolar, é importante articular as avaliações internas desenvolvidas pela escola com as externas do Proalfa e

do Proeb, com o objetivo de subsidiar a (re)formulação do projeto pedagógico da escola e das políticas públicas educacionais. Os resultados das avaliações externas podem e devem ser utilizados como parte do processo de avaliação do projeto educacional de cada escola e alimentar a avaliação interna, mas devemos ser críticos em relação a estas políticas de forma a compreender as intencionalidades político-econômicas que estão na base das mesmas.

Perguntados se os professores fazem uma revisão dos conteúdos a partir das dificuldades identificadas nas avaliações do Simave, todos afirmam que sim e explicam que essa revisão gerou o plano de intervenção pedagógica para sanar as dificuldades por meio de atividades diversificadas, simulados etc. A supervisora e a diretora afirmam que a revisão foi realizada retomando os conteúdos com explicações, atividades, simulados sendo o livro didático uma das ferramentas mais utilizada.

Um professor salienta que a ausência de estudantes nas avaliações interfere no resultado final. Isso nos alerta para o fato de que é importante uma conscientização de toda a comunidade escolar sobre os mecanismos de avaliação utilizados nesse sistema. E ainda que, muitas vezes, a ausência é justificada pela dificuldade de os estudantes acessarem à escola. Foi chamada a atenção para o fato de que as avaliações do Simave ocorrem exatamente no período de chuvas.

Conforme afirma o Portal Simave (2020):

Para uma escola ser considerada eficaz, ela deve proporcionar padrões de aprendizagem adequados a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, familiares e sociais. Se apenas um grupo de estudantes consegue aprender com suficiente qualidade o que é ensinado, aumentam as desigualdades educacionais e, como consequência, elevam-se os indicadores de repetência, evasão e abandono escolar. (<http://simave.educacao.mg.gov.br/>, 2020)

Podemos afirmar que o Simave está completamente alinhado com as

políticas educacionais que enfatizam a importância dos currículos e as avaliações padronizadas, reforçando a ideia de uma escola pensada como organização simples, fácil de ser gerida e controlada a partir de uma lógica focada na obtenção de resultados quantitativos, que pouco ou nada expressam sobre a aprendizagem dos estudantes e as condições de ensino. Com isso, ocultam-se as múltiplas variáveis que contribuem no entendimento da relação entre escola, educação e sociedade, resultando, assim, em interpretações simplistas sobre a educação que impedem que reconheçamos as diferentes problemáticas que envolvem o fenômeno educativo, complexo por excelência. (GIROTTI, 2018, p. 21).

Em relação à identificação de quais envolvidos que mais levam em consideração os resultados do Simave no cotidiano da escola, dois professores consideram apenas os “professores” por estarem mais próximos dos alunos, podendo sanar as dúvidas e trabalhar os resultados na sala de aula. Para os demais, a “direção, especialista e professores” são os que mais levam em consideração os resultados do Simave. Indicamos aqui algumas explicações para esta resposta:

“pelo fato que estes profissionais têm responsabilidade de fazer com que os demais se interessem pelo sistema”; “porque se preocupam com a aprendizagem e como estes resultados influenciam no IDEB da escola”; e o outro professor citou também os “estudantes”, “por estarem diretamente ligados à avaliação”. Note que nenhum dos pesquisados assinalou os “pais” e nós acreditamos que pode ser devido à baixa escolaridade evidenciada na justificativa de um dos professores: “porque o nível de estudo (escolaridade) dos pais é baixo”.

Pensamos que é importante que a escola divulgue os resultados das avaliações para os pais, ainda que a baixa escolaridade destes possa dificultar o entendimento dos gráficos e as escalas de proficiência, pois acreditamos que só assim eles começarão a questionar o papel da escola na vida dos seus filhos.

Para a diretora e a supervisora, é possível perceber com clareza as diferenças de aprendizagem e frente a isso elas responderam que “acham que os professores devem melhorar o seu trabalho pedagógico para que os estudantes obtenham melhores resultados”. Mas também não informou o que significa melhorar o trabalho pedagógico. Aqui aparece a culpabilização dos professores pelo fracasso dos alunos invisibilizando todas as outras condições que favorecem o processo de ensino aprendizagem.

Diante dessas respostas podemos perceber que na escola esses profissionais estão incluindo medidas para superar os problemas de aprendizagem, buscando soluções para melhorar os resultados de acordo com os objetivos do Simave.

O Simave estabelece a melhoria das práticas escolares e o planejamento do trabalho pedagógico para que as avaliações externas não sejam vistas apenas como uma medida de proficiência escolar alcançada pelos estudantes, mas como um conjunto de informações importantes sobre o nível de desempenho deles, bem como sobre os fatores intra e extraescolares que interferem nesse desempenho.

E de posse de tais informações levantadas e apuradas, os gestores, professores e especialistas podem utilizá-las como aliada no enfrentamento das dificuldades dos estudantes com a finalidade de propiciar uma educação de qualidade tanto no campo como na cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, propusemos uma reflexão sobre as avaliações educacionais sistêmica com ênfase nas avaliações externas do Simave – Proalfa e Proeb - em uma escola caracterizada como do campo. Para isso foram aplicados questionários à diretora, à supervisora e a sete professores da E.E. “Francisco Ferreira Maciel” no município de Piranga/MG de forma a identificar os procedimentos utilizados pela escola para comunicação e análise dos resultados do Simave. E de posse dos resultados, como é realizada a devolutiva para a comunidade escolar.

Esta pesquisa indica que a escola realizou ações de divulgação e análise dos resultados do Simave e os repassou à comunidade por meio de reuniões e debates. Nessas reuniões foram promovidas discussões e, a partir delas, traçadas ações para o enfrentamento dos problemas detectados.

A pesquisa indicou ainda, que os pesquisados conhecem os instrumentos utilizados nas avaliações externas e concordam que estes visam o aprimoramento da educação, do ensino e da aprendizagem.

Salientamos aqui que as dificuldades apontadas pelos pesquisados sobre o Simave têm muito a ver com as características das escolas situadas no campo como: estradas precárias, falta participação da família, ausência ou acesso restrito aos meios de comunicação e transporte escolar; além disso, as avaliações são realizadas nos meses chuvosos dificultando a participação dos estudantes. Isto indica um descompasso entre os processos de avaliação externa e as condições das escolas. As datas das avaliações poderiam ser alteradas, visto que calendários específicos para as escolas do campo é um dos direitos assegurados na Resolução nº 2.197 de 26 de outubro de 2012, que reconheceu a Educação do Campo como uma das modalidades da Educação Básica. Entretanto, não percebemos nenhum questionamento da escola em relação a estas dificuldades e nem formas de buscar, junto à SEEMG, soluções para estes desafios. Também percebemos que é desafiadora a participação das famílias na vida escolar dos seus filhos.

De certa maneira, ainda que timidamente, há uma diferenciação na prática pedagógica desenvolvida nesta escola. Por exemplo, são desenvolvidos projetos interdisciplinares, porém são descontínuos. Estes projetos consideram temas de interesse da comunidade, valorizando sua cultura e ampliando os conhecimentos para além do contexto do campo.

Também podemos afirmar que desafiador para docentes e gestores analisarem os resultados das avaliações sistêmicas e, a partir destes resultados encontrar formas de superar as dificuldades. Mas também fica a pergunta: é responsabilidade apenas dos professores e gestores encontrarem soluções para o fracasso escolar?

Entretanto, é um processo complexo que envolve outra leitura de mundo mais aberta e sensível às diferenças individuais, à diversidade e à conseqüente necessidade de tornar a escola mais inclusiva onde a educação seja construída coletivamente no diálogo entre professores, gestores, pais e estudantes. Para isso, sugerimos adequar o projeto pedagógico da escola e os planejamentos docente e da supervisão pedagógica de forma mais alinhada às especificidades do público atendido pela escola que é constituído por apenas estudantes oriundos do campo. ´

Portanto, a prática pedagógica da escola deve ser coerente com a realidade local, mas não diferenciada no conteúdo, entendendo que ela deve contemplar o local expandindo para o global.

Também chamamos a atenção para o fato de que os professores de Matemática e Língua Portuguesa envolvidos diretamente nestas avaliações, nem sempre passam por um processo de formação oferecido pela SEEMG que possa tratar sobre a importância dos resultados desta avaliação na proposição de políticas públicas para a educação. E, muitas vezes, o professor pode acabar focando as suas atividades no treinamento dos estudantes para participar destas avaliações.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de Caso: Seu potencial na educação. **Caderno de Pesquisa**. v. 49. maio. 1984, p.51-54. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1427/1425> . Acesso em: 13 abr. 2019.

CAEd/UFJF. **SIMAVE/PROEB**. Secretaria de Estado de Educação. CAEd, 2013. 2013b. Minas Gerais. Disponível em: <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net> . Acesso em: 19 jan. 2019.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. O novo ciclo de reformas educacionais no Brasil: concepções, agentes e processos. **Paulo Freire. Revista de Pedagogia Crítica**. A. 15, n.18, p. 177-201, jul./dez. 2017.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, mito e desafio, uma perspectiva construtiva**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 1991.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Mediação. Porto Alegre: 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: visão geral. Sorocaba SP: 08 out. 2005. **Caderno do Colégio Uirapuru**. Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, São Paulo. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao-MII/3SF/Art_avaliacao_entrev.pdf. Acesso em: 25/10/2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na Escola**. 1998. Disponível em: http://irsas.cascavel.pr.gov.br/arquivos/23122013_cipriano_carlos_luckesi_avaliacao_da_aprendizagem_na_escola.pdf . Acesso em: 10 abr. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica Universal, 1986.

NASCIMENTO, Silvana Sousa do; VENTURA, Paulo Cezar Santos; SILVA, Penha Souza. Física e Química: uma avaliação do ensino. **Presença Pedagógica**. v.9, n. 49, p.21-33. jan. /fev. 2003.

PORTAL SIMAVE. **Conheça o Programa**. Disponível em: <http://simave.educacao.mg.gov.br/#!/programa>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina; MOZZ, Gabriela Strauss. Avaliações em larga escala e os desafios à qualidade educacional. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 2, p.309 -314, jul./dez. 2011.

SEE/MG. **Secretaria de Educação de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br> . Acesso em: 19 out. 2019.

VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliação Educacional: uma perspectiva histórica. **Estudos em Avaliação Educacional**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo. 1995.p.1-27.